

Vozes em notícias sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes: contribuições do Sistema de Avaliatividade para a análise de posicionamentos autorais

Mara Regina de Almeida Griffó

Adriana Nogueira Accioly Nóbrega

Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

Resumo: Neste artigo, propomos uma análise discursiva acerca de um evento noticiado em diferentes jornais, reportando uma abordagem policial realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes, localizada em Guararema, São Paulo. Desse modo, buscamos investigar que sentidos são criados sobre a Escola com os seguintes objetivos: (i) mapear as vozes presentes nos discursos das notícias, a partir da análise das marcas de avaliação que são mobilizadas nos textos e (ii) observar como a prática discursiva avaliativa cria sentidos sobre a instituição, tomando por base o Sistema de Avaliatividade, especialmente, o seu subsistema Engajamento. Em nossas análises, percebemos, com base nas escolhas léxico-gramaticais, que diferentes posicionamentos surgiram sobre o fato reportado, o que expõe visões de mundo que se alinham e se desalinham às concepções de educação defendida na Escola, ligada ao Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional. Sistema de Avaliatividade. Engajamento. Avaliação. Escola Nacional Florestan Fernandes.

Abstract: In this article, we propose a discursive analysis of an event reported in different newspapers about a police approach carried out at the Florestan Fernandes National School, located in Guararema, São Paulo. In this way, we seek to observe what meanings are created about the School with the following objectives: (i) map the voices present in news discourses, based on the analysis of evaluative resources mobilized in the texts and (ii) observe how the evaluative discursive practice creates meanings about the institution, based on the Appraisal System, especially its Engagement subsystem. In our analyses, we noticed, based on the lexical-grammatical choices, that different positions emerged about the fact, which exposes worldviews that align and misalign with the conceptions of education defended at the School, connected to the Landless Rural Workers Movement.

Keywords: Systemic Functional Linguistics. Appraisal System. Engagement. Evaluation. Florestan Fernandes National School.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em sua obra, Paulo Freire enfatizou que o ato educacional é um ato político desenvolvido e situado em contextos históricos, sociais e culturais, perpassado por interesses de classe, portanto não é neutro (Freire, 2019). De um lado, ele identificou a educação bancária que inibe a criação, a criticidade e a curiosidade, além de desencorajar a reflexão individual e coletiva. Essa prática leva educadores/as e educandos/as à aceitação e ao silêncio. Porém, de outro lado, apontou para a educação que tem como premissa a humanização de educadores/as e educandos/as, baseada em práticas dialógicas e reflexivas que promovam mudanças e transformações de forma crítica e participativa.

A proposta dialógica freiriana compreende que, mediante o diálogo, as pessoas podem se desenvolver como sujeitos pensantes. É pelo encontro e pelo diálogo que podemos entender o mundo e “nossa existência em sociedade como processo, algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação” (Zitkoski, 2010, p. 198). De acordo com Freire, “o diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. Designar o mundo, que é ato de criação e de recriação, não é possível sem estar impregnado de amor” (Freire, 1979, p. 42). O pensamento freiriano nos coloca diante do diálogo como acolhimento ético e humanizado; encontro amoroso que transforma e se cria em múltiplas experiências; e também necessidade existencial.

A concepção de educação que emergiu das lutas e dos movimentos dos trabalhadores mais empobrecidos pela defesa de seus direitos “repensa a educação como cultura, a cultura como política e a política como transformação social de vocação popular” (Brandão¹ 2024, p. 2). Segundo Costa (2018, p. 27), a “vivência acumulada por esses movimentos [...] é responsável não só pela formulação de uma crítica radical à concepção hegemônica de educação [...], como também pela configuração de um novo campo de conhecimento no país — a educação popular”.

Uma das primeiras vivências de educação popular no Brasil aconteceu na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, quando uma “equipe coordenada por Freire realizou a experiência pioneira de alfabetização de adultos” (Streck, 2010, p. 73). Esse processo de alfabetização tinha como ideia uma prática pedagógica que vinculava a “aprendizagem e o

¹ Texto retirado do site criado por Carlos Rodrigues Brandão para compartilhar sua obra. Disponível em: https://apartilhadavida.com.br/outros-escritos/?d=L0VEVUNBw4fDg08vRURVQ0HDh8ODTyBQT1BVTEFS&m1dll_index_get=0 Acesso em: 15 de julho de 2024.

exercício da leitura da palavra à leitura do mundo, sem a dicotomia entre a leitura do texto e do contexto” (Brandão, 2001, p. 42). O programa desenvolvido em Angicos tornou-se conhecido e, de alguma forma, não agradou a todos. Assustou tanto que não demorou muito para que Freire (2015) fosse preso e tivesse que deixar o país, em setembro de 1964, alguns meses depois do golpe militar.

Freire publicou sua obra *Pedagogia do Oprimido* em 1968 no Chile, no período em que a Teologia da Libertação “germinava no chão latino-americano” (Oliveira, 2021, p. 64). A Teoria da Libertação entende o trabalhador empobrecido “como sujeito de sua própria libertação”, capaz “de se organizar e de lutar em busca de melhores condições de vida” (Noronha, 2012, p. 191). Assim, “por meio desse movimento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de base tornaram-se espaços de reflexão e aprendizado de como transformar a realidade, por intermédio da luta pela terra” (Fernandes, 2001, p. 50).

Foi no cenário de repressão no qual vivia o país durante o regime militar que nasceu a Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, em 1975 (Menezes Neto, 2012). Desde sua criação, ela preocupou-se com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, sobretudo com aqueles/as submetidos/as a condições análogas ao trabalho escravo, além de se envolver com as lutas em favor da reforma agrária. A Comissão Pastoral da Terra fazia a defesa do/a trabalhador/a do campo baseada “em leis concretas criadas pelo próprio Estado brasileiro como o Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 1963, no governo de João Goulart” (Souza, 2014, p. 9). Suas atividades configuraram-se como uma forma de luta e de resistência.

Depois de 15 anos de exílio, Paulo Freire retorna para o Brasil em 1979, ano do início do fim da ditadura. Foi nesse momento político que nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984 (Menezes Neto, 2012). O MST surge, então, em meio às relações sociais, políticas, culturais e econômicas no final de uma ditadura militar, oferecendo uma possibilidade de reestruturação do modelo das bases da sociedade brasileira e propondo uma reforma agrária. Ao trazer essa pauta, assombrou (e ainda assombra) os detentores da terra, tornando-se alvo de estigmas, preconceitos e ataques, estimulados e perpetuados pela grande mídia brasileira, pelos ruralistas e por setores do agronegócio. Isso sem dar a chance para a população urbana entender que o MST preconiza a luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna (Vargas, 2018; Stival, 2022).

A pedagogia freiriana, além de inspirar, serve de referência para as lutas pela educação de trabalhadores e trabalhadoras do MST que, desde sua fundação, têm Freire como

representante de destaque para orientar suas práticas educativas. A proposta de uma escola ligada à vida inspira e motiva a construção desta pesquisa. Então, partindo da visão de que “sem uma coletividade de educadores não há verdadeiro processo educativo” (MST, 1996, p. 21), destacamos alguns princípios para a educação no MST: educação voltada para as dimensões da pessoa humana; para a transformação social; para o trabalho e a cooperação; e educação como processo permanente de formação e de transformação humana (Dal Ri, 2019).

Para delimitar o escopo deste trabalho, nosso foco é direcionado para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em especial, para a análise de notícias que relataram uma abordagem policial sobre uma suposta busca e apreensão dentro do espaço escolar. Localizada em Guararema, no interior de São Paulo, a escola é ligada ao MST, tendo sido inaugurada no dia 23 de janeiro de 2005. Sua construção contou com recursos financeiros obtidos por duas campanhas, a externa teve a participação de pessoas influentes como Chico Buarque, Sebastião Salgado e José Saramago (Bastos, 2015). A escola foi erguida em uma área de 120 mil m², sendo que seu projeto arquitetônico teve como princípio causar os menores danos possíveis ao meio ambiente. Todas as instalações foram feitas de alvenaria, com tijolos construídos pelos próprios trabalhadores no local. Foram mais de 1.000 pessoas de vários estados brasileiros organizadas com base no trabalho voluntário e na solidariedade dos militantes e apoiadores, o que foi chamado pelo dirigente do MST, João Pedro Stédile (2011, p. 71), de “afetividade socialista”.

Na estrutura total da ENFF, existem quatro blocos de alojamento, refeitórios, lavanderia, estação de tratamento de esgoto e casas destinadas aos assessores e às famílias de trabalhadores que lá moram. Além de uma horta para consumo próprio e muitas árvores frutíferas, para o lazer, existem uma quadra multiuso coberta e um campo de futebol gramado. O campo de futebol, que homenageia o jogador Sócrates, foi inaugurado no dia 23 de dezembro de 2017 com um jogo que teve a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, Chico Buarque, João Pedro Stedile, Mano Brown, entre outros.

Além disso, a ENFF recebeu o nome Florestan Fernandes (1920-1995) em homenagem ao sociólogo que buscou entender a exclusão social no Brasil, sobretudo as complexas estruturas que levavam alguns grupos a ficar à margem da sociedade.

Após a breve contextualização da Escola, nos voltamos para a análise das notícias publicadas por três fontes jornalísticas que reportaram a questionável busca e apreensão ocorrida na ENFF, no dia 4 de novembro de 2016. Desse modo, buscamos observar que sentidos são criados sobre a Escola, com dos seguintes objetivos: (i) mapear as vozes

presentes nos discursos das notícias, a partir da análise das marcas de avaliação que são mobilizadas nos textos e (ii) observar como a prática discursiva avaliativa cria sentidos sobre a instituição, tomando por base o Sistema de Avaliatividade, especialmente, o seu subsistema Engajamento.

Na próxima seção, apresentamos a fundamentação teórica na qual nos apoiamos para construção desta investigação. Na sequência, descrevemos os procedimentos metodológicos e conduzimos a análise dos textos selecionados. Por fim, tecemos algumas reflexões acerca do estudo proposto.

2. PERCURSOS TEÓRICO-ANALÍTICOS

A perspectiva de linguagem proposta pela Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994) volta-se ao estudo do uso da língua em diferentes contextos, bem como à criação de significados realizados pelos falantes/escritores. As escolhas feitas pelos falantes/escritores são influenciadas tanto pelo contexto de situação quanto pelo contexto de cultura. O contexto de situação é “o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando”, enquanto o contexto de cultura, que engloba o contexto de situação, relaciona-se “ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologia[s], convenções sociais e instituições” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 27-28, respectivamente).

A abordagem sistêmico-funcional entende a linguagem como formadora de sentidos, bem como preocupa-se com a função que estes sentidos adquirem nas mais diversas interações sociais. Para essa proposta teórico-metodológica e analítica, a linguagem cria três funções: (i) ideacional, que se volta à forma que se fala sobre o mundo, bem como à expressão de ideais e pensamentos; (ii) interpessoal, que diz respeito à interação com outras pessoas, para estabelecer e manter relações sociais com elas, influenciar comportamentos, expressar pontos de vista e solicitar ou modificar os pontos de vista de outras pessoas; e (iii) textual, que organiza as mensagens para indicar como elas se alinham (ou não) a outras mensagens e ao contexto mais amplo no qual estamos falando ou escrevendo.

É na função interpessoal, no nível da semântica do discurso, que nos é possível fazer “a investigação dos sistemas de escolhas avaliativas disponíveis para os usuários da língua” (Thompson, 2014, p. 48). A avaliação é uma prática social que tem como função: (i) construir valores sociais, ou seja, expressar opiniões proporcionado o entendimento do sistema de valores do falante/escritor e de sua comunidade; (ii) construir e manter relações entre

falante/ouvinte e escritor/leitor; e (iii) organizar a estrutura do texto (Thompson; Hunston, 2000). Tais funções remetem aos três significados mencionados anteriormente — Ideacional, Interacional e Textual (Halliday, 1994; Halliday; Matthiessen, 2014).

Alba-Juez e Thompson (2014, p. 6-7) entendem que a avaliação tem muitas faces e fases. Segundo os autores, não existe somente um lado ou uma face na avaliação, ou seja, o que parece neutro pode ser avaliado como positivo ou negativo, mostrando que existem muitas camadas de sentido se relacionando e interagindo, afetadas por diferentes contextos. Ademais, a avaliação envolve muitas fases que dependem dos posicionamentos adotados, do sistema de valores e do relacionamento entre os interlocutores. Existe a fase “pré-textual ou pré-realização do ato avaliativo” (Alba-Juez; Thompson, 2014, p. 7), que está relacionada à decisão de escolher ou não realizar o ato e, se optar por fazê-lo, como realizá-lo. As fases são baseadas em experiências prévias, refletem a intercontextualidade, a competência social e comunicativa, bem como a relação com o interlocutor.

Uma maneira de categorizar as avaliações nas interações, elaborada por Martin (2000), Martin e White (2005) e Martin e Rose (2007), é o Sistema de Avaliatividade — uma proposta de análise microdiscursiva que integra o arcabouço teórico, metodológico e analítico da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994; Halliday; Matthiessen, 2014).

O Sistema de Avaliatividade possibilita ver aspectos de avaliação presentes no texto (oral ou escrito) e é dividido em três subsistemas inter-relacionados: Atitude, Engajamento e Gradação. A Atitude lida com os sentimentos e reações emocionais, enquanto o Engajamento enfoca as vozes em relação a opiniões e a Gradação busca situar os fenômenos de acordo com a intensidade em que ocorrem no texto. Mesmo reconhecendo que os três subsistemas encontram-se interligados, nosso foco recai no subsistema do Engajamento, que se encontra em consonância com “a articulação das vozes para expressão de opiniões no discurso” (Vian Jr., 2010, p. 33).

O subsistema do Engajamento é também chamado de posicionamento dialógico (Martin; White, 2005), uma vez que permite explorar como o locutor negocia suas opiniões com os seus interlocutores e com vozes mais abstratas presentes no contexto de cultura em que se situa. O posicionamento dialógico pode ser expandido ou contraído, comportando dois valores: (i) expansão do potencial dialógico dos enunciados, que afirma o princípio constitutivo do que se enuncia e (ii) redução do potencial dialógico do enunciado, que desencoraja a negociação de sentidos. Dessa maneira, em uma etapa inicial, as subcategorias são organizadas em monoglossia e heteroglossia (Vian Jr. et al, 2010). Na primeira, o

falante/escritor rechaça outras opiniões e é assertivo quanto à posição assumida, não considerando as demais posições diferentes da sua. Na segunda, o falante/escritor considera outras vozes ou pontos de vista, inserindo-as em seu texto com o propósito de alinhar-se ou não a elas (Vian Jr., 2010; Balocco, 2010).

Martin e White (2005, p. 93-95), explicitando aspectos relacionados ao subsistema de Engajamento, apontam como princípios de sua organização: (1) o grau a partir do qual falantes/escritores reconhecem vozes anteriores e o modo como se engajam nelas; (2) o aspecto de antecipação do texto, isto é, os sinais que falantes/escritores fornecem sobre como ouvintes/leitores responderão à proposição e ao valor posicional apresentados nos textos.

Na análise que iremos empreender mais adiante, optamos por olhar para alguns parágrafos da notícia reportada sobre a abordagem policial na ENFF pois compartilhamos a visão de que

não é possível conhecer o envolvimento do autor com as proposições apresentadas no texto quando se analisa isoladamente as orações. É, pois, no conjunto delas, seja em um parágrafo ou enquanto durar um dado tema na trama textual, que se pode discutir a heteroglossia ou a monoglossia do texto (Ninin; Barbara, 2013, p. 130).

Sendo assim, em alinhamento com as autoras citadas, optamos pela análise dos parágrafos baseada no subsistema de Engajamento. Na sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação.

3. PERCURSOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS

Para construir este artigo, partimos do entendimento de que qualquer olhar é filtrado por lentes individuais e que não existem observações neutras e sim situadas socialmente (Denzin; Lincoln, 2006). No paradigma qualitativo de pesquisa, ao qual nos alinhamos, a investigação é orientada por crenças e sentimentos que englobam uma diversidade de práticas metodológicas, além de posicionamentos individuais, histórias pessoais, bem como múltiplas culturas que se inter cruzam em uma relação intrínseca com o tema estudado. Compreendemos que existe um envolvimento de quem pesquisa com o objeto pesquisado (Velho, 1981). Tal envolvimento diz respeito a interesses pedagógicos contextualizados social e culturalmente. Isso acontece porque uma pesquisa qualitativa-interpretativista “se baseia em processo seletivo guiado pelos olhos do pesquisador” (Bastos; Biar, 2015, p. 104), o que mostra a subjetividade no trato do tema abordado.

Nesse fazer investigativo, a Linguística Aplicada Crítica aponta para a importância de pesquisas com relevância social, trazendo para o centro de atenção as vozes que podem “apresentar alternativas para entender o mundo contemporâneo” (Moita Lopes, 2006, p. 27). A criação de espaços que propiciem novos entendimentos acerca da vida social é imprescindível no movimento que almeja a formação de pessoas críticas e ávidas por transformações sociais. Isso leva à condução de estudos que considerem “práticas multifacetadas, plurais, contingentes que se contrastam e contrapõem, exigindo uma abertura constante para negociações” (Jordão, 2016, p. 13). Além disso, essa maneira de pesquisar visa à construção de conhecimentos de forma colaborativa, destacando a dimensão ética-política-pedagógica (Freire, 1982).

Nos textos analisados neste estudo, mapeamos os aspectos discursivos avaliativos, considerando que “uma análise discursiva crítica não se confunde com simples leitura e interpretação” (Ramalho; Resende, 2011, p. 113). Com base em Martin e White (2005), nossas análises foram orientadas pelas seguintes perguntas: de onde partem e para onde se dirigem as vozes que se encontram nos textos?; de quem partem e para quem se dirigem as vozes que se encontram nos textos?; quais vozes avaliam e quais são avaliadas?

Mais especificamente, nossa proposta é construir uma análise discursiva acerca de uma notícia que foi reportada em diferentes fontes sobre uma questionável busca e apreensão que ocorreu na ENFF, no dia 4 de novembro de 2016. Seleccionamos 4 textos disponibilizados nos sites do Brasil de Fato, do El País e do Portal G1. O Brasil de Fato, fundado em 2003, é um site de notícias e também uma agência de rádio com sede em São Paulo. O jornal El País foi fundado em 1976 na Espanha e seu formato digital surgiu no Brasil em 2013. O portal de notícias G1 é mantido pelo Grupo Globo e foi lançado em 2006.

Em alinhamento com a proposta metodológica sugerida por Macken-Horarik e Isaac (2014), num primeiro momento, realizamos uma leitura parágrafo por parágrafo, buscando as ocorrências de marcas avaliativas expressas de forma monoglóssica ou heteroglóssica (por expansão ou redução do posicionamento dialógico). No caso da presença de falas heteroglóssicas, analisamos de que forma as vozes externas foram introduzidas pelos/as autores/as, com base no subsistema Engajamento. A análise foi feita manualmente e, por uma questão de limitação de espaço, não foi possível empreender a análise completa de cada texto. Portanto, elegemos alguns parágrafos que consideramos como trechos representativos para buscar entender a notícia reportada. A seguir, damos início à análise e interpretação do primeiro texto.

Texto 1²

Polícia invade escola do MST; uma pessoa fica ferida

Mesmo sem mandado de busca e apreensão, policiais dispararam contra as pessoas na recepção

Redação

Brasil de Fato | São Paulo (SP) |

04 de novembro de 2016 às 08:06

Na manhã desta sexta-feira (4), policiais civis de Mogi das Cruzes e Guararema invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP). Segundo relatos de testemunhas, os policiais entraram na escola sem mandado de busca e apreensão, dispararam contra as pessoas na recepção da unidade e prenderam dois militantes. Eles afirmaram que o cerco foi feito por 10 viaturas, e os policiais não estavam identificados.

Os policiais chegaram na escola por volta das 9h25, cercaram o local e pularam a janela da recepção dando tiros para o ar, conforme registraram as câmeras de segurança (vídeo abaixo). Os militantes que estavam presentes afirmaram que os estilhaços, que acertaram uma mulher, eram de balas letais e não de borracha.

No início do primeiro parágrafo, a notícia é contextualizada, informando a quem lê quando aconteceu, quem participou e o local da ocorrência. Há, nesse momento, apenas a presença da voz informativa do/a autor/a, não identificado/a. No entanto, logo em seguida, o/a jornalista adota ao longo do texto uma escrita heteroglósica e vozes relevantes são incluídas para reportar o episódio.

Observamos tal fato com a indicação de testemunhas que relataram e afirmaram o acontecido, avaliando de forma negativa e veemente a ação policial, uma vez que os policiais: não tinham mandado de busca e apreensão, dispararam contra as pessoas, bem como não estavam identificados (1º parágrafo) e também pularam a janela, deram tiros para o ar usando balas letais (2º parágrafo). A afirmação do número alto de viaturas (dez) também confere força à avaliação negativa: foram muitos agentes a realizarem as atitudes consideradas

² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/04/policia-invade-escola-do-mst-uma-pessoa-ficou-ferida/>. Acesso em 21 de julho 2024.

violentas pelas pessoas que se encontravam no local. O uso de “afirmar”, repetido duas vezes, cria o sentido de veemência à fala das testemunhas, uma vez que elas não apenas dizem algo, mas relatam um fato de forma inquestionável, o que fundamenta, também, a opinião do/a escritor/a na construção do seu ponto narrativo. Ainda, no segundo parágrafo, o/a escritor/a menciona mais um indicador de evidência da violência cometida, com o respaldo do vídeo disponibilizado na reportagem, somado às falas de quem se encontrava no local, o que confere confiabilidade e cria solidariedade com leitores/as (Oteíza, 2017).

Ao optar trazer falas das testemunhas, conferindo-lhes o poder de julgar a ação policial em questão, o/a autor/a do texto parece isentar-se da responsabilidade pela divulgação da notícia. No entanto, acreditamos ser esse um recurso discursivo para construir sua opinião a partir das vozes externas, uma vez que ele/ela não estava presente no momento da ação policial. Fica claro, contudo, que suas escolhas léxico-gramaticais para reportar a abordagem indicam seu próprio julgamento dos fatos, quando, além das avaliações reproduzidas pelas falas das testemunhas, o/a jornalista também cria alta carga avaliativa na sua escolha pelo verbo “invadir”, já no título. Isso demarca visões de mundo em relação ao MST e expressa uma ideologia por parte de quem escreveu o texto. O que é denominado como ocupação de terras pelo MST é denunciado como invasão pela mídia corporativa e pelos grupos ligados ao agronegócio. Nesse sentido, tal escolha articula outras vozes – a voz do MST, de seus militantes, bem como de pessoas alinhadas às causas do Movimento. Reforçamos que invadir uma propriedade é um ato ilegal e requer sanção ou repreensão judicial, ao passo que, ocupar, para o MST, significa tomar posse da terra legalmente com o objetivo de produzir alimentos. Essas ocupações acontecem em terras que não cumprem sua função social, sejam áreas que foram degradadas, que têm trabalho escravo e/ou que são improdutivas. Uma área que não cumpre sua função social deve ser desapropriada para a reforma agrária (Vargas, 2018; Stival, 2022).

Nesse caso, a diferença entre invadir e ocupar está relacionada ao conceito do uso social da terra, ou seja, “uma área que não vêm sendo utilizada para a finalidade para a qual foi criada, como uma fazenda que encerrou suas atividades de plantio, ou que possui irregularidades em relação ao trabalho, descumpre essa função de propriedade, tornando-se um local ocioso”³. Assim, entendemos a intencionalidade do/a autor/a do texto com a escolha do verbo, pois no caso reportado os policiais invadiram a ENFF ilegalmente, já que não

³ Texto disponível em <https://mst.org.br/2022/08/26/mstinva-de-ou-ocupaca-entenda-como-o-acontece-a-luta-tua-em-terras-improdutivas/>. Acesso em 23 de julho de 2024.

possuíam “mandado de busca e apreensão” e “não estavam identificados”, conforme já comentamos anteriormente.

Pelas escolhas léxico-gramaticais realizadas no texto, compreendemos que o discurso mobilizado alinha-se aos princípios do MST e aos valores cultivados na ENFF e, portanto, contrários à abordagem autoritária e violenta que os policiais fizeram dentro de um espaço coletivo de ensino-aprendizagem. Isso aponta para uma afinidade entre o discurso das testemunhas e de quem elaborou o texto da reportagem. Ao trazer as vozes externas com uso dos itens lexicais “segundo” e “conforme” abre-se espaço para diálogo ou negociação em um discurso heteroglóssico.

Na próxima reportagem, encontramos posicionamento semelhante em relação ao comportamento dos agentes policiais, expressando alinhamento ao MST e à ENFF.

Texto 2⁴

Tiros ao alto em uma escola rural: a ação policial num símbolo do MST

Na Escola Nacional Florestan Fernandes, policiais fazem disparos com arma letal e detêm dois

Balas supostamente usadas por policiais na escola Florestan Fernandes.

MARINA ROSSI

São Paulo - 04 NOV 2016 - 20:21 BRST

Duas pessoas foram detidas por desacato, segundo a secretaria de Segurança Pública de São Paulo: um senhor de 64 anos, que vive na escola há três anos e realiza um trabalho voluntário na biblioteca, e uma musicista, que não é funcionária da escola, mas estava ali para dar uma oficina. Eles prestaram depoimento e foram liberados em seguida. Apesar dos disparos, ninguém foi atingido, mas o detido teve ao menos uma costela quebrada por socos e pontapés de um policial, segundo o depoimento que prestou na delegacia.

A polícia portava um mandado para a prisão preventiva de Margareth Barbosa de Souza. Segundo a advogada que acompanhou o caso, Alessandra da Silva Carvalho, ninguém na escola conhece Margareth. Além disso, “há fortes indícios” de que o mandado de prisão não tenha validade, segundo a advogada. “O policial nos mostrou o mandado por WhatsApp, depois foi imprimir em um lugar perto da escola”, explicou Carvalho. O documento, ao qual a reportagem teve acesso, não tinha assinatura do juiz.

⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/04/politica/1478290183_809292.html. Acesso em 15 de outubro de 2024.

Da mesma forma que no texto anterior, o título desta notícia apresenta para os/as leitores/as que houve um ato de violência dentro de uma escola que é um "símbolo do MST". Também o subtítulo já informa aos/às leitores/as a violência da abordagem da polícia, realizada em um local altamente qualificado, uma vez que é descrito como um "símbolo", o que representa os fazeres do MST. Desse modo, foi um ato que ataca uma instituição claramente ligada a pressupostos políticos expressos nas diretrizes do Movimento.

Em uma atitude heteroglóssica expansiva, a jornalista Marina abre seu texto já compartilhando com o/a leitor/a uma voz externa de grande credibilidade: a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo que deteve duas pessoas "por desacato". No entanto, a fonte de Segurança Pública parece perder sua força quando a autora narra o fato ocorrido construindo avaliações sobre a violência policial que entendemos como negativas. Em outras palavras, apesar de trazer uma voz externa relevante no quesito segurança, Marina, ao avaliar duas vítimas, qualifica a operação como algo negativo e desqualifica o "desacato" nos trechos em que: (i) ressalta a idade do homem, referindo-se a ele como "um senhor"; (ii) informa que ele vive no local, ou seja, dá a entender que ele ali mora; (iii) destaca que seu trabalho é voluntário, portanto, não remunerado; e (iv) relata que, devido à ação policial, o senhor foi agredido com pontapés e socos, tendo uma de suas costelas quebrada.

As avaliações realizadas por ela criam um sentido de confiabilidade para a vítima. No primeiro parágrafo, a autora compartilha a voz da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, mas acrescenta detalhes que não corroboram o desacato pronunciado por esse Órgão Público. Ainda, no final desse mesmo parágrafo, o dialogismo se dá com uma expectativa não realizada, já que há uma dupla rejeição em "apesar de" e "mas": houve disparos, alguém seria atingido; ninguém foi atingido, mas houve violência física. Outro ponto a ser comentado refere-se à forma ética adotada pela autora do texto, que não expõe os nomes dos detidos. Isso mostra uma atitude de respeito que protege a identidade das pessoas que prestaram depoimento e foram liberadas pela polícia.

O início do segundo parágrafo é marcado pela monoglossia, quando Marina faz asserções categóricas e não passíveis de questionamento (Vian Jr, 2010), comunicando que a polícia possuía um mandado de prisão preventiva, porém para alguém desconhecido na ENFF. Para dar respaldo a esse ponto, a autora, agora de modo heteroglóssico, compartilha a voz externa da advogada que acompanhou o caso como uma forma de avaliar a atitude policial. A jornalista utiliza como recurso linguístico os itens "segundo", "explicou" e "teve acesso" para fundamentar a notícia reportada, com o intuito de ter o respaldo da voz externa

da advogada Alessandra da Silva Carvalho. Tal recurso abre espaço dialógico e, ao mesmo tempo, confere uma aparente neutralidade da autora para que os/as leitores/as tenham espaço para formarem suas posições sobre o episódio ocorrido na ENFF.

A voz externa oriunda da fonte confiável — a advogada — avalia a situação com autoridade por ter acompanhado o caso. Nesse sentido, entendemos que ao dizer "há fortes indícios", a advogada deixa claro que existem sinais consistentes de que o mandado de prisão, que provocou a invasão da ENFF, tenha sua validade questionada por dois motivos: o documento estava no WhatsApp do policial e não tinha assinatura do juiz. Com o suporte da voz externa, Marina busca mostrar para seus leitores/as a invasão do espaço de ensino-aprendizagem como um ato ilegal, uma vez que a pessoa procurada não se encontrava na escola e que ninguém a conhecia. É possível inferir, portanto, que isso pode ter sido uma desculpa para invadir a escola com intenção de intimidar e atacar o MST.

Observamos que os textos analisados até o momento, veiculados nos jornais Brasil de Fato e El País, voltaram-se para a condenação do comportamento dos policiais. No entanto, conforme veremos nos dois textos a seguir, veiculados no Portal de Notícias G1, há um posicionamento com o apoio à conduta dos policiais.

Texto 3⁵

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2016/11/quatro-policiais-feridos-em-acao-em-escola-do-mst-diz-ssp.html>. Acesso em: 21 de julho de 2024.

04/11/2016 17h49 - Atualizado em 05/11/2016 10h45

Seis pessoas ficam feridas durante ação da polícia em escola do MST

Quatro policiais civis e dois integrantes do MST tiveram ferimentos. Ação fez parte de operação desencadeada pela polícia do Paraná.

Fernanda Lourenço e Jamile SantanaDo G1 Mogi das Cruzes e Suzano, com informações da TV Diário

Seis pessoas ficaram feridas em uma ação da Polícia Civil na escola do Movimento Sem Terra (MST), em Guararema, na manhã desta sexta-feira (4) --quatro policiais civis e dois integrantes do movimento. Duas pessoas foram detidas por desacato. Elas prestaram depoimento da Delegacia de Guararema e foram liberadas no fim da tarde, segundo a Polícia Civil.

Em nota, a Polícia Civil de Mogi das Cruzes, responsável por colaborar com a polícia paranaense, disse que os policiais foram recebidos com "violência" por "cerca de 200 pessoas" que tentavam desarmar os agentes. Já a Polícia Civil do Paraná informou que os policiais tiveram que atirar para o alto ao serem encurralados pelos integrantes da escola.

Um dos dois detidos, segundo o MST, é Ronaldo Valença Hernandez, 60 anos, que trabalha na biblioteca da escola e teve uma fratura na costela. Segundo a polícia, ele é um dos agressores dos policiais. A outra foi, segundo a polícia, Glades Antonia de Oliveira.

O parágrafo destacado, assim como o título escolhido para noticiar o episódio, coloca em evidência as pessoas feridas (4 policiais e 2 militantes). Ao anunciar o número de feridos, as autoras sugerem, de forma monoglóssica, que os policiais foram vítimas e não os algozes que desrespeitaram o espaço escolar, o que indica seus posicionamentos, marcando seus desalinhamentos com as causas do MST. Isso pode levar os/as leitores/as a uma avaliação positiva dos policiais e negativa do Movimento. Apesar de o nome da ENFF não ser mencionado, a escola é associada ao MST e sua localização é apresentada pela palavra em negrito e sublinhada na cor vermelha para que, ao clicar, o/a leitor/a seja dirigido a outras notícias da cidade.

Em seguida, as autoras reportam que duas pessoas foram detidas por desacato à autoridade policial e depois liberadas. Em nossa interpretação, fica evidente a assimetria nas relações de poder e o abuso de autoridade policial, pois, se foram liberadas, não houve crime. Em uma manobra discursiva heteroglóssica, a voz externa trazida pelas jornalistas é a da polícia civil, com forte autoridade. A omissão da ENFF no texto invalida a visão dos fatos pela Instituição, o que faz emergir o posicionamento favorável das autoras em relação à conduta policial. A escolha do item lexical "segundo" mostra um discurso heteroglóssico, o qual abre

espaço dialógico para negociação das vozes de somente uma parte dos envolvidos no incidente: a polícia. O fato de os policiais terem entrado na ENFF armados já ilustra um desequilíbrio nas relações de poder, porém não mencionado no texto. O comportamento dos “integrantes do movimento” é avaliado negativamente por “desacato” à autoridade policial. Entretanto, o comportamento dos agentes não é avaliado discursivamente, ficando subentendido que foram vítimas dos militantes do MST, que, por sua vez, encontravam-se em um espaço escolar envolvidos com atividades pedagógicas quando a ENFF foi invadida.

O discurso articulado no segundo parágrafo não corresponde ao vídeo disponibilizado na reportagem do Brasil de Fato (Texto1), que exhibe a ação truculenta dos policiais ao entrarem pela janela da recepção da escola. De forma diferente, nesse trecho fica marcado que os policiais foram vítimas, tratados “com violência” e, por isso, “tiveram que atirar para o alto ao serem encurralados pelos integrantes da escola”, conforme o informado pela voz externa da Polícia Civil do Paraná.

Ao se referirem a outras vozes, de forma heteroglósica, as autoras da reportagem compartilham a voz institucional da polícia e reforçam estereótipos de que pessoas ligadas ao MST são agressivas, baderneiras e invasoras. Essa tentativa de criminalização do MST é destacada no texto com aspas em “cerca de 200 pessoas”. Pessoas que estavam dentro de uma instituição de ensino, realizando diferentes tarefas, quando os policiais invadiram a escola e que foram acusadas de tentarem “desarmar” e “encurrular” os policiais. Quem lê é convidado, assim, a construir um julgamento de valor que se alinha ao das autoras do texto e das autoridades policiais mencionadas. Isso coloca o MST em uma posição negativa em relação ao ocorrido, o que pode contribuir para a disseminação de preconceitos e até mesmo de desinformação.

No terceiro e último parágrafo da notícia, observamos o uso do léxico “segundo” empregado três vezes, uma para trazer a voz do MST e duas para trazer a voz da polícia. Esse recurso léxico-gramatical abre o espaço dialógico trazendo pontos de vista de autoridades que eximem as autoras da responsabilidade pela notícia reportada. Apesar da abertura, a voz que ecoa de forma prevalente continua sendo a dos policiais com sua versão do episódio. Novamente, o MST é colocado em uma posição negativa, tendo o nome de dois militantes revelados, enquanto o nome dos agressores que provocaram a fratura na costela de uma pessoa de 60 anos não foi exposto. Notamos, portanto, uma assimetria nas relações de poder a partir do discurso das jornalistas no momento em que atribuem à violência da agressão ao funcionário da biblioteca.

Texto 4⁶

04/11/2016 13h03 - Atualizado em 04/11/2016 17h59

Dois são detidos em escola do MST em Guararema, diz coordenação

Coordenadora escolar disse que houve confusão e policiais fizeram disparos.

Polícia tinha mandado de prisão de operação que começou no Paraná.

Maiara BarbosaDo G1 Mogi das Cruzes e Suzano, com informações da TV Diário

Na manhã desta sexta-feira (4), duas pessoas foram detidas por desacato na Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento Sem Terra (MST), que fica no bairro do Paratei, em Guararema, segundo a coordenadora da unidade, Rosana Fernandes. A coordenadora informou que policiais civis foram até o local para cumprir mandado de prisão e houve uma confusão. Ainda de acordo com a coordenadora, a polícia atirou. O MST publicou em sua página no Facebook um vídeo que mostra policiais armados pulando a janela e entrando na unidade.

A autora que assinou o texto traz a voz externa da coordenadora da ENFF já no título e, no final do trecho, a voz do MST para noticiar o episódio. Inicialmente, a autora indica quando, quem e onde o fato ocorreu, porém, de acordo com o relato da coordenadora. Isso tira a responsabilidade, não comprometendo a autora com a mensagem e a distanciando do fato reportado. Na sequência, a autora mantém a mesma estrutura discursiva com a escolha do verbo “informar” para indicar a fala da coordenadora. Ou seja, a informação de que os policiais estiveram na escola e de que houve “confusão” exclui sua posição autoral, colocando a coordenadora como informante. Quando reporta que a polícia atirou, novamente, baseia-se na voz externa da coordenadora. Não existe a preocupação de trazer outras vozes que confirmem ou neguem a atitude violenta atribuída aos policiais. Notamos que o posicionamento assumido pela jornalista, apesar de reportar as falas da coordenadora da ENFF, aponta para o alinhamento com os posicionamentos dos policiais. Isso fica marcado com as escolhas de “duas pessoas foram detidas por desacato” e “policiais civis foram até o local para cumprir mandado de prisão”, colocando os agentes da polícia como cumpridores de seu dever e as pessoas que se encontravam na escola como agressores. Também chama a

⁶Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2016/11/dois-sao-presos-em-escola-do-mst-em-guararema-diz-coordenacao.html>. Acesso em: 21 de julho de 2024.

nossa atenção a escolha do item lexical “confusão” que parece desconsiderar a gravidade do ato policial.

Por fim, a outra voz articulada é a do MST que publicou a notícia, a qual o/a leitor/a pode clicar para ser dirigido/a à página do Facebook e assistir ao vídeo que mostra a forma como os policiais invadiram a escola. O uso dos itens lexicais “segundo” e “de acordo”, assim como nas outras três notícias aqui compartilhadas, indicam que o discurso da autora é heteroglóstico e abre espaço para outras vozes. Contudo, ao trazer as vozes externas busca se distanciar e não se comprometer com a notícia, deixando implícito que a voz externa de Rosana Fernandes tem um direcionamento de viés político e que pode assim ser contestada pelo público que lê o jornal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a construção de sentidos nos textos apresentados, retomamos as perguntas que orientaram nossas análises, tais como: de onde partem e para onde se dirigem as vozes que se encontram nos textos?; de quem partem e para quem se dirigem as vozes que se encontram nos textos?; quais vozes avaliam e quais são avaliadas? Notamos, assim, com base nas escolhas léxico-gramaticais presentes nas notícias, a ocorrência de diferentes vozes (autorais ou externas) carregadas de opiniões, visões de mundo e avaliações acerca do episódio que envolveu a invasão da ENFF por parte dos policiais. Isso é apontado na forma como os/as autores/as dos textos se posicionaram (ou não) diretamente diante do fato e, conseqüentemente, expressaram alinhamentos ou desalinhamentos às concepções de educação e aos entendimentos sobre o MST e suas lutas sociais e políticas. A partir da análise dos dados, foi possível observar como os/as autores/as trouxeram vozes externas para criar possibilidades de abertura de espaços dialógicos, conferindo maior relevância às suas próprias opiniões, em uma estratégia discursiva heteroglóstica. Ainda, de forma contrária, também fizeram uso de recursos discursivos monoglósticos com o intuito de restringir o diálogo acerca de suas avaliações sobre os fatos narrados.

O contexto histórico e político em 2016, quando a ENFF foi invadida, era hostil devido à retomada da direita ao poder, ocasionada pelo golpe sofrido pela então Presidenta do Brasil Dilma Rousseff. Em nosso entendimento, por representar um projeto de formação e de educação para não somente as pessoas que vivem no campo mas também para militantes engajados com o Movimento, a Escola foi alvo de afetos e desafetos — conforme foi possível notar na articulação dos discursos apresentados neste artigo. O incidente ocorrido na ENFF



exibiu as dificuldades enfrentadas pelo MST e seus militantes que tentavam manter-se mobilizados em uma luta permanente contra a então estrutura política, econômica e social vigente no país. Para o MST, “a luta pela conquista de frações territoriais não está descolada da luta pela conquista da educação para a população do campo” (Bauer; Moraes, 2015, p. 110).

A discussão proposta neste artigo traz à tona uma reflexão acerca dos alinhamentos e dos desalinhamentos com a formação dos sujeitos ligados ao MST do ponto de vista social, político e pedagógico. Tal formação, especificamente a que ocorre na ENFF, diz respeito ao processo de humanização que liga as pessoas à terra, ao trabalho, à justiça social e às transformações sociais. O que observamos nos textos analisados é uma gama de interpretações divergentes sobre o MST, materializado no episódio descrito nas reportagens que informam sobre a invasão por parte do policiais à ENFF. De um lado, percebemos a adversidade aos princípios do Movimento e, de outro, a consonância e o apoio aos valores ético-filosóficos defendidos por seus militantes.

A educação é inerente à concepção de mundo do MST e está presente em seus fazeres políticos e sociais baseados no pensamento de Paulo Freire, que entende o diálogo como um encontro amoroso e transformador. Alinhadas ao esperar freiriano, almejamos que as reflexões compartilhadas neste texto possam motivar outras pesquisas direcionadas a contextos educacionais mais justos, equânimes e igualitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA-JUEZ, L.; THOMPSON, G. Introduction. In: THOMPSON, G.; ALBA-JUEZ, L. (ed.) *Evaluation in context*. p. 3-26. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2014.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 31, n. spe, p. 97-126, ago. 2015.

BASTOS, P. N. *Marcha Dialética do MST: Formação política entre campo e cidade*. São Paulo. 218f. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, USP, 2015.

BAUER, C.; MORAES, C. Escola Nacional Florestan Fernandes presente na história social da educação brasileira. *Poíesis Pedagógica*, Catalão GO, v.13, n.1, p. 107-125, jan/jun. 2015.

BALOCCO, A. E. O sistema de engajamento aplicado a espaços opinativos na mídia escrita. In: VIAN Jr., O.; SOUZA, A. A.; ALMEIDA, F. S. D. P. (org.) *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GRIFFO, Mara Regina de Almeida; NÓBREGA, Adriana Nogueira Accioly. Vozes em notícias sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes: contribuições do Sistema de Avaliatividade para a análise de posicionamentos autorais. **Pesquisas em Discurso Pedagógico**, n.34, jan. 2025.

BRANDÃO, C. R. *História do menino que lia o mundo*. Veranópolis: ITERRA, 2001.
BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. *O lugar da vida: Comunidade e Comunidade Tradicional*. Campo-território: Revista de geografia agrária, Ed. Especial, p. 1-23, 2014.

COSTA, R. P. *Poder e negociação como relações pedagógicas*. Memória da Pesquisa Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular. Rio de Janeiro. 272f. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

DAL RI, N. M. Educação democrática, trabalho e organização produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) / Neusa Maria Dal Ri & outros. – Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

FALS BORBA, O. *Ante la crisis del país: ideas-acción para el cambio*. Bogotá: El Áncora Editores; Panamericana Editorial, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019a. 256p.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 22. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015. 333p.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler – em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1979.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. London, New York: Arnold, 2014.

JARA, O. Sistematização de experiências: Algumas aproximações. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs). *Pesquisa participante: O saber da partilha*. 2. Ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2006. p. 227-244.

JORDÃO, C. M. (Org.) *A linguística Aplicada no Brasil: rumos e passagens*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. 527p.

MACKEN-HORARIK, M.; ISAAC, A. Appraising Appraisal. In: THOMPSON, G.; ALBA-JUEZ, A. (Eds.). *Evaluation in Context*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 67-92.

MARTIN, J. R. Beyond Exchange: Appraisal system in English. In: Hunston, S.; Thompson, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GRIFFO, Mara Regina de Almeida; NÓBREGA, Adriana Nogueira Accioly. Vozes em notícias sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes: contribuições do Sistema de Avaliatividade para a análise de posicionamentos autorais. **Pesquisas em Discurso Pedagógico**, n.34, jan. 2025.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. New York: Palgrave/ Macmillan, 2005.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Working with discourse: Meaning beyond the clause*. 2nd ed. London: Continuum, 2007.

MEJÍA JIMÉNEZ, M. R. *Diálogo-confrontación de saberes y negociación cultural: ejes de las pedagogías de la educación popular: una construcción desde el sur*. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 37-53, jul./set. 2016.

MENEZES NETO, A. J. *A ética da Teologia da Libertação e o espírito do socialismo no MST*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 123p.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado (Introdução). In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. p. 13-44. São Paulo: Parábola, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Educação MST, Porto Alegre, n. 8, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Dez anos de ENFF: um sonho construído a muitas mãos, 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/07/17/dez-anos-de-enff-um-sonho-construido-a-muitas-maos/>. Acesso em: 19 de julho de 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Educação MST - página oficial do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 15 de julho de 2024. NININ, M. O. G.; BARBARA, L. Engajamento na perspectiva linguística sistêmico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 52 (1), p. 127-146, 2013.

NORONHA, C. U. A. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012.

OLIVEIRA, C. C. Diálogos entre Paulo Freire e a Teologia da Libertação. Editorial Educação Prática Libertadora – heranças dos 100 anos de Paulo Freire e Dom Paulo Arns. *Dignidade Re-vista*, v. 7, n. 12. Pastoral Universitária Anchieta PUC-Rio, jul 2021.

OTEÍZA, T. The appraisal framework and discourse analysis. In: *The Routledge Handbook of Systemic Functional Linguistics*. pp. 457-472. Chapter 28. Editors Tom Bartlett and Gerard O'Grady. Jan. 2017.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

SOUZA, H. B. J. Atuação e mediação da Comissão Pastoral da Terra na ditadura civil-militar no Brasil (1975-1980). IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE. Out. 2014.

GRIFFO, Mara Regina de Almeida; NÓBREGA, Adriana Nogueira Accioly. Vozes em notícias sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes: contribuições do Sistema de Avaliatividade para a análise de posicionamentos autorais. **Pesquisas em Discurso Pedagógico**, n.34, jan. 2025.

STÉDILE, J. P. Saudação em nome da direção nacional do MST. In: ENFF. *Cadernos de estudos ENFF* – 2. Literatura e formação da consciência. Guararema, SP: ENFF, 2011.p. 69-72.

STIVAL, D. *A Educa;ção do campo e o MST*. Trabalho e práticas sociais com assentados da Reforma Agrária, Petrópolis: Vozes, 2022.

STRECK, D. R. Angicos. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439p.

THOMPSON, G. Affect and emotion, target-value mismatches, and Russian dolls: Refining the appraisal model. In: THOMPSON, G; ALBA-JUEZ, L. (ed.). *Evaluation in Context*. p. 47-66. Philadelphia: John Benjamin, 2014.

THOMPSON G.; HUNSTON S. Evaluation: An introduction. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (ed.). *Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse*. p. 1-27. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VARGAS, L. A. A. *A educação como estratégia política do MST: por uma pedagogia da luta e da resistência*. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2018. 307p.

VELHO, G. Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimentos. *MANA* 17(1), p. 161-185. 2011.

VIAN Jr., O. Engajamento: monoglossia e heteroglossia. In: VIAN Jr., O.; SOUZA, A. A.; ALMEIDA, F. S. D. P. (org.) *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

VIAN Jr., O.; SOUZA, A. A.; ALMEIDA, F. S. D. P. (org.) *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 230p.

ZITKOSKI, J. J. Diálogo/Dialogenicidade. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439p.

AS AUTORAS

Mara Regina de Almeida Griffo é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem (PPGEL) da PUC-Rio. Realizou Doutorado, Mestrado e Especialização em Língua Inglesa na PUC-Rio. Graduada em Pedagogia, atua como professora de inglês. E-mail: marargriffo@gmail.com

Adriana Nogueira Accioly Nóbrega é Professora Associada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) e nos cursos de licenciatura em Letras - Português/Inglês. É mestre e

GRIFFO, Mara Regina de Almeida; NÓBREGA, Adriana Nogueira Accioly. Vozes em notícias sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes: contribuições do Sistema de Avaliatividade para a análise de posicionamentos autorais. **Pesquisas em Discurso Pedagógico**, n.34, jan. 2025.

doutora em Letras pela PUC-Rio, tendo desenvolvido estágio pós-doutoral na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

E-mail: adriananobrega@puc-rio.br